

SERVIÇO SOCIAL, DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: um debate necessário.

Layliene Kawane de Souza Dias¹

RESUMO

O presente artigo busca apresentar como se deu historicamente a incorporação do debate sobre diversidade sexual e de gênero no interior do Serviço Social brasileiro. Através de pesquisa bibliográfica e documental, foram levantadas produções no âmbito das entidades representativas da categoria profissional (CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO) que versam sobre a temática, apontando o direcionamento político da categoria em consonância com o Projeto Ético Político da profissão, contra qualquer forma de opressão, exploração, dominação e/ou preconceito, inclusive a LGBTQIAPN+fobia.

Palavras-chave: Diversidade Sexual; Gênero; Serviço Social.

ABSTRACT

This article seeks to present how historically the incorporation of the debate on sexual and gender diversity within Brazilian Social Work took place. Through bibliographical and documental research, productions were raised within the representative entities of the professional category (CFESS-CRESS, ABEPSS and ENESSO) that deal with the theme, pointing out the political direction of the category in line with the Ethical Political Project of the profession, against any form of oppression, exploitation, domination and/or prejudice, including lgbtqiapn+phobia.

Keywords: Sexual Diversity; Gender; Social Service.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, parto da compreensão da sexualidade e gênero como construções históricas e sociais de uma determinada sociedade. Na sociedade capitalista, com a imposição da propriedade privada, divisão sexual do trabalho, heterossexismo¹ e cisgeneridade², tais relações foram constrangidas a uma lógica predominante. Aqui são direcionadas funções e papéis específicos ao “ser homem” e

¹ Universidade Federal de Juiz De Fora; Mestranda no PPG de Serviço Social pela UFJF; laylienedms@gmail.com.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ao “ser mulher”, na perspectiva de produção e reprodução da ordem social vigente, ou seja, da ordem capitalista (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020).

Antemão, cabe apontar que nossa intenção não é reduzir as noções de sexualidade e gênero às relações de exploração e dominação, mas sim apontar como estes elementos vêm estruturando as constituições do “ser homem” e do “ser mulher” em nossa sociedade, como forma de reprodução da lógica capitalista e manutenção do *status quo*.

Não é possível compreender estas relações no interior da sociedade brasileira sem o devido retorno ao processo de formação sócio histórica de nosso país, marcado pelo extermínio dos povos originários, escravização dos povos negros africanos e estupro de mulheres indígenas e escravizadas. As noções de sexualidade, bem como de gênero, no Brasil Colônia foram ditadas pela moral cristã da Igreja Católica, onde a única relação afetiva-sexual não considerada pecado era a heterossexual, monogâmica e voltada a reprodução (TREVISAN, 2018).

Isto, lógico, refere-se à família patriarcal composta por homens e mulheres brancas, visto que os corpos de mulheres indígenas e pretas ainda eram obrigados a servir sexualmente aos “colonizadores” (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020). A Igreja Católica assume papel fundamental para catequização dos povos indígenas que ainda poderiam ser “salvos”, criminalização de qualquer relação que fugisse a heterossexualidade e imposição do crime de sodomia através da Inquisição brasileira.

Este retorno à história se faz necessário para compreender as particularidades da realidade brasileira contemporânea, uma sociedade ainda marcada pelo racismo, sexismo, machismo, lgbtqiapn+fobia e ancorada em pilares conservadores e classistas. Segundo relatório do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQIA+ (2022), o Brasil segue sendo um dos países que mais matam pessoas LGBTQIAPN+³, tendo em 2021 o número alarmante de 316 mortes ocasionadas por homofobia/transfobia/lgbtqiapn+fobia. O país também segue ocupando consecutivamente o primeiro lugar na lista de países que mais matam pessoas transexuais no mundo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



É diante deste cenário, ainda emergente, que o Serviço Social se faz necessário junto a este debate. A categoria profissional vem se empenhando nas últimas décadas na defesa e garantia de direitos da classe trabalhadora brasileira, bem como na eliminação de qualquer forma de opressão, exploração, dominação e preconceito. Na construção e defesa do Projeto Ético Político da profissão estes compromissos se fazem imprescindíveis.

Dito isto, o presente trabalho tem como intuito apresentar como este debate - de diversidade sexual e de gênero -, vem sendo inserido no interior da categoria profissional e sua presença no âmbito das entidades representativas da profissão. Para tanto utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental na busca por normativas, resoluções, documentos e/ou materiais históricos que apontassem a relação do Serviço Social junto a temática. Na etapa de pesquisa documental, utilizou-se do site do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) para a pesquisa, através das páginas “Legislação” e “Publicações” do site oficial.

2. SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: UMA RELAÇÃO TARDIA

Ao analisarmos a trajetória da diversidade sexual e de gênero em nossa sociedade veremos que esta inserção se deu pelo movimento e articulação dos próprios indivíduos LGBTQIAPN+, através de sua organização política e social, sobretudo a partir da década de 1970 (TREVISAN, 2018). Mesmo dentro das esquerdas partidárias da época estes sujeitos encontraram resistência, pois as temáticas referentes à sexualidade, gênero, racismo, feminismo, entre outras, eram consideradas pouco relevantes e minoritárias frente a luta de classes que deveria ser prioritária e não fragmentada (TREVISAN, 2018).

No âmbito do Serviço Social cabe destacar o Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro iniciado em meados da década de 1960. Este processo refere-se à negação do Serviço Social tradicional e adoção de uma perspectiva teórica metodológica crítica. De acordo com Abramides (2019), é durante o III

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1979, conhecido como Congresso da Virada, que a profissão expressa de maneira pública e coletiva o processo de ruptura com o conservadorismo e assume seu compromisso junto a classe trabalhadora, reconhecendo também as profissionais assistentes sociais enquanto partícipes desta classe, diante de suas condições de assalariamento. Aqui temos a articulação do projeto profissional do Serviço Social junto ao projeto societário contra as diversas formas de explorações e opressões (ABRAMIDES, 2019).

No entanto, mesmo com a adoção da perspectiva crítica e suas bases teórico-metodológicas que alçaram a intenção de ruptura, não foi imediata a inserção de debates sobre diversidade sexual e de gênero dentro da profissão (CISNE; SANTOS, 2018). O reconhecimento da pauta como legítima e de vinculação com a profissão ocorreu de maneira tardia, para as autoras Cisne e Santos (2018) esta resistência no âmbito da categoria profissional pode ser reflexo do movimento ocorrido nas próprias esquerdas partidárias da época.

É no interior do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) que este quadro passa a se alterar de maneira significativa. Segundo Duarte (2014), é dentro do MESS, na década de 1980, que surge um novo caminho reflexivo na profissão, onde uma geração de estudantes passa a inserir a temática de sexualidade dentro dos eixos de debates do Movimento e seus encontros. Destaca-se o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 1986, onde militantes da época realizam a proposta de inserção do debate sobre sexualidade dentro da luta pela redemocratização que estava em curso no país (DUARTE, 2014).

Segundo Cisne e Santos (2018) as pautas inicialmente estudantis vão ganhando visibilidade e repercussão dentro da profissão, sobretudo através da atuação do CFESS. Exemplo disso é a resolução CFESS nº 273 de 1993 referente ao Código de Ética do/a Assistente Social, onde temos a inserção do XI princípio fundamental à categoria, que se refere ao exercício da profissão sem discriminar ou

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ser discriminado por “opção sexual”. O termo ainda que utilizado de maneira errônea e equivocada, por tratar a questão de orientação sexual como escolha, foi um dos primeiros passos para o avanço do debate na categoria profissional.

As mesmas autoras vão elencar um conjunto de elementos que podem ter contribuído para a inserção do debate sobre diversidade sexual e de gênero no interior da agenda profissional, sendo estes: i) o atendimento da população LGBTQIAPN+ que têm a violação de seus direitos e violência intensificadas a partir do desenvolvimento do capitalismo periférico no Brasil; ii) a produção de conhecimento, sobretudo a nível da pós-graduação, sobre a temática a partir dos anos 2000; iii) a visibilidade de profissionais e estudantes LGBTQIAPN+ no interior do Serviço Social; e iv) a condução política que as entidades da categoria profissional e estudantes tiveram e continuam desempenhando para o aprofundamento da relação do Serviço Social com a temática (CISNE; SANTOS, 2018).

Em geral, são os próprios estudantes e profissionais LGBTQIAPN+ responsáveis pela inserção dessa temática em diferentes espaços da categoria profissional e isto se deve ao ingresso destes novos perfis de discentes nos cursos de graduação em Serviço Social, resultado das políticas de expansão e de acesso ao ensino superior do país. A partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Sistema de Seleção Unificado (SISU), Programa Universidade para Todos (PROUNI), da Lei nº 12.711 de 2012 (Lei de Cotas) e Lei 12.799 de 2013 (Lei de Isenção da taxa de vestibulares das universidades federais), tem-se uma mudança significativa do perfil de discentes das instituições de ensino superior brasileiras. Temos, pela primeira vez, a presença de estudantes indígenas, negros, periféricos, povos do campo, LGBTQIAPN+ e outros, nas universidades públicas.

As pautas que emergiram a partir da ocupação dos espaços acadêmicos por estes sujeitos fizeram com que debates como feminismo, questão étnico racial, diversidade sexual, entre outros, fosse sendo absorvidos por essas instituições. Foi através das reivindicações destes sujeitos – estudantes e profissionais LGBTQIAPN+

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



-, agora inseridos no interior da profissão, que esse debate passou a ser pautado pela categoria profissional.

3. PROGRESSÃO DO DEBATE NO INTERIOR DA CATEGORIA PROFISSIONAL A PARTIR DOS ANOS 2000

A partir dos anos 2000 é cada vez mais nítido a progressão da defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ e a ocorrência de debates sobre diversidade sexual e de gênero no interior do Serviço Social, tendo o CFESS, os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) grande importância para as reflexões em torno da questão.

Em 2005 durante o 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS foi aprovada uma campanha nacional pela liberdade de orientação e expressão sexual intitulada “O amor fala todas as línguas, Assistente Social na luta contra o preconceito”, lançada no ano seguinte, em 2006. Antes da divulgação da campanha o CFESS promoveu uma série de atividades que visavam dar maior visibilidade a temática dentro da profissão, contando com: debates internos a diretoria do CFESS; realização de oficinas durante o 2º Fórum Social Brasileiro; organização de uma mesa sobre a temática durante o 35º Encontro Nacional CFESS-CRESS; e articulação política com militantes LGBTQIAPN+ como o Instituto de Defesa da Diversidade Afetiva-sexual (DIVAS), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), entre outras (CISNE; SANTOS, 2018).

A campanha em si visava a desconstrução e desnaturalização da heterossexualidade como única expressão da sexualidade humana aceita pela sociedade, no entanto, foi recebida com receio e crítica por parte de segmentos da categoria profissional (MESQUITA; MATOS, 2011). Houveram questionamentos referentes à importância e relevância da campanha, onde profissionais apontaram existir temáticas mais urgentes para o debate, conforme relatam Mesquita e Matos:

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Tivemos acesso a informações, por meio de representantes do CRESS do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Ceará (gestões 2005/2008), sobre polêmicas nas equipes de serviço social, acerca da fixação ou não do material informativo da campanha, com a realização, inclusive, de votação entre os/as profissionais sobre a sua exposição ou não. E, ainda, que havia temas mais importantes a serem tratados, que era uma campanha inadequada e que o CFESS não tinha que se envolver com tais questões (2011, p. 132).

Apesar das polêmicas em torno da campanha, a mesma foi considerada inovadora, ousada e de extrema importância para a profissão (MESQUITA; MATOS, 2011). O posicionamento do conjunto CFESS-CRESS através desta campanha foi um marco para a categoria profissional, gerando resultados palpáveis, como é o caso da aprovação da Resolução do CFESS nº 489/2006 que estabelece a vedação de “[...] condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional” (CFESS, 2006).

Em 2011, através da Resolução do CFESS de nº 594/2011, temos a revisão do Código de Ética Profissional com a adequação do termo “opção sexual” por orientação sexual e adição do termo identidade de gênero no XI Princípio Fundamental do documento. Estas alterações são fruto de deliberações do 39º Encontro Nacional CFESS-CRESS, assim como da incorporação dos avanços das discussões acerca dos direitos da população LGBTQIAPN+ pela livre orientação e expressão sexual na categoria (CFESS, 2011).

No mesmo ano tivemos outro importante avanço dentro do Serviço Social, a Resolução CFESS nº 615/2011, que se refere à inclusão do nome social da assistente social que se reconheça como travesti ou transexual. Em seu Art. 1º a resolução assegura “[...] o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido na Cédula e na Carteira de Identidade Profissional, bem como nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do CFESS e dos CRESS” (CFESS, 2011).

Em 2018 foi aprovada a Resolução CFESS nº 845/2018, que dispõe sobre a atuação profissional frente ao processo transexualizador. Segundo a normativa, cabe ao profissional prestar acompanhamento às pessoas que desejam passar pelo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



processo buscando consonância com sua identidade de gênero, fazer uso do nome social de pessoas trans respeitando sua identidade, assim como ficam vedadas práticas discriminatórias contra esses sujeitos (CFESS, 2018).

Para além das normativas legais no âmbito do CFESS, ainda destacamos a elaboração das produções do “CFESS Manifesta” e a série “Assistente Social no Combate ao Preconceito”. As produções do CFESS Manifesta correspondem a reafirmação dos posicionamentos do Serviço Social, o combate a diferentes formas de preconceito e/ou discriminação e indicações de ações e/ou posicionamentos a serem tomados pela categoria.

O CFESS Manifesta é uma produção que dá visibilidade aos posicionamentos e análises do Conselho Federal sobre diversos temas e fatos da sociedade brasileira e internacional, sobre o trabalho de assistentes sociais na relação com as políticas sociais e com a conjuntura. O informativo também expressa nossa defesa do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. Buscamos incidir com reflexões críticas e propostas de ação que têm profunda relação com a agenda do Conjunto CFESS-CRESS. Devemos destacar ainda que o CFESS Manifesta também se tornou importante referência de pesquisa na área do Serviço Social, especialmente na graduação (CFESS, 2017, p. 7).

De 2007 até o presente momento foram publicados 11 documentos que retratam os posicionamentos do Conselho referente a questão de diversidade sexual e de gênero, sendo eles: O amor fala todas as línguas (2007); CFESS na luta pela Livre orientação e expressão sexual (2008); Visibilidade Lésbica: Respeito à Liberdade de Expressão Sexual (2009); Liberdade de orientação sexual, não à homofobia! (2010); O amor exige expressão e reverência coletiva (2010); A nossa luta é todo dia contra a homofobia (2011); Assistentes Sociais em defesa da diversidade humana (2011); Dia Mundial do orgulho LGBT (2012); O direito a identidades trans (2013); Assistentes sociais contra a violência e por direitos de pessoas LGBT (2015); e Família é diversidade pelo direito de amar e conviver (2017). As publicações, através de textos curtos, apresentam a realidade enfrentada por estes sujeitos, as bandeiras de luta do conjunto CFESS-CRESS e ações realizadas pelo conjunto para enfrentamento da LGBTQIAPN+fobia, bem como a defesa e garantia de direitos dessa população.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Em 2016 houve o lançamento da série de cadernos “Assistente Social no combate ao preconceito” que conta com 7 edições até o momento, sendo elas: O que é preconceito (2016); O estigma do uso de drogas (2016); Racismo (2016); Transfobia (2016); Xenofobia (2016); Machismo (2019); e Discriminação contra a pessoa com deficiência (2019). Os cadernos têm como intuito orientar e estimular os profissionais a refletirem de maneira crítica sobre as diversas situações de preconceito que se deparam diariamente no cotidiano profissional, contribuindo para a elaboração de estratégias eficazes de enfrentamento e eliminação da reprodução desses preconceitos (CFESS, 2016).

Em conjunto a isto, a ABEPSS, entidade acadêmica científica responsável pela coordenação e articulação do projeto de formação no âmbito da graduação e pós-graduação em Serviço Social, também passa a incorporar o debate sobre questões referentes à diversidade humana, sobretudo após a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades” em 2010 (CISNE; SANTOS, 2018). O GTP foi criado durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), no Rio de Janeiro.

Quatro anos mais tarde, em 2014, temos como resultado do GTP, a aprovação da inclusão de pelo menos uma disciplina obrigatória na graduação de Serviço Social que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade e geração. A indicação ainda compreende que a temática não deve estar presente em apenas um componente curricular obrigatório, mas durante todo o processo de formação profissional:

- A inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, do debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal.
- A realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio.
- Aqui, ressaltamos, ainda, as Leis 10. 639/03 e 11645/2008, assim como a Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação- CNE/MEC, no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico raciais nos currículos.
- O estímulo à realização de debates, eventos, oficinas e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

seminários temáticos sobre as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. - Apoio aos movimentos sociais e espaços de lutas anticapitalistas, antirracista, antipatriarcal e antiheterossexista, por meio de parcerias, projetos de extensão, pesquisa, entre outros. - A promoção de espaços de estudos e pesquisas sobre o sistema capitalista-patriarcal-racista-heterossexista e adultocêntrico (ABEPSS, 2016).

Ademais, desde sua criação, o GTP vem realizando levantamento sobre produções acadêmicas sobre a temática, mapeando grupos de pesquisas vinculados ao CNPQ que abordem o tema, bem como participando de eventos da categoria profissional auxiliando na produção teórica e nos avanços do debate no interior do Serviço Social.

Em relação ao MESS, conforme já apontado anteriormente, o mesmo pode ser considerado pioneiro na inserção das pautas sobre diversidade sexual e de gênero no processo de formação profissional em Serviço Social e desde então vêm pautando a temática em seus encontros organizativos e massivos, inserindo a questão LGBTQIAPN+ como uma bandeira de luta dentro de seus cadernos deliberativos, estatutos e demais documentos históricos de organização política.

Diante de todo o exposto é evidente o papel de grande importância que as entidades representativas da categoria profissional (Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO) desempenharam, e ainda desempenham, para inserção do debate sobre essas temáticas no interior do Serviço Social (CISNE; SANTOS, 2018), através de suas produções teóricas, informativas, culturais, promoção de espaços de debate em eventos e encontros da categoria profissional e articulação com os movimentos sociais LGBTQIAPN+.

No entanto, apesar de todos estes avanços, ainda hoje nos deparamos com barreiras e desafios para a compreensão do debate relacionado ao Serviço Social, pela categoria profissional. Segundo Menezes e Silva (2017) estas dificuldades podem ser explicadas pela recusa de estudantes e profissionais em debaterem tal temática.

Para além destas resistências, que reforçam a presença do preconceito e conservadorismo existentes no interior da profissão, há ainda a existência de

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



profissionais e discentes que relatam desconhecer ou não compreender as questões referentes à população LGBTQIAPN+. Para Marcelino (2015) uma das causas dessa problemática se dá pela ausência do debate sobre diversidade sexual e de gênero nos discursos acadêmicos e a não inclusão dessa temática no processo formativo destes sujeitos.

4 CONCLUSÃO

Ao longo do artigo buscou-se apresentar, ainda que brevemente, a trajetória histórica de vinculação do debate a respeito da diversidade sexual e de gênero com o Serviço Social brasileiro, sobretudo a partir das próprias indicações das entidades representativas da categoria profissional (Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO) que historicamente vem construindo um arcabouço ético-político através de normativas legais e outros documentos para com esta temática e população – LGBTQIAPN+.

Cabe apontar que estas pautas só passam a ser inseridas no interior da categoria profissional com o movimento político dos próprios estudantes e profissionais assistentes sociais LGBTQIAPN+, que agora ocupam os espaços das instituições de ensino superior e da profissão, trazendo junto de si as bandeiras de luta que carregam.

Apesar dos avanços obtidos pela categoria profissional, principalmente a partir dos anos 2000, ainda hoje nos deparamos com desafios para o entendimento da relevância deste debate junto ao Serviço Social e enfrentamento do preconceito no interior da profissão. Ainda há lacunas entre as indicações presentes no direcionamento das entidades representativas e a realidade material encontrada no interior do Serviço Social. Exemplo disto, é a própria indicação da ABEPSS para a inclusão de uma disciplina específica a respeito das relações sociais de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade e geração na formação profissional em Serviço Social, que ainda não foi adotada por todas as instituições de ensino.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O Serviço Social sendo uma profissão que, através de seu Projeto Ético Político busca a construção de uma nova ordem societária anticapitalista, anti exploratória, anti opressora e contra todas as formas de dominação e/ou preconceito, deve se empenhar em compreender cada vez mais como as relações de opressão de gênero, raça, etnia e sexualidade constituem e se vinculam a exploração de classe na sociedade capitalista. Para lidarmos com as complexidades impostas pelo real, é necessário pensar e constituir subsídios que abarque essa totalidade – classe, raça, etnia, gênero e sexualidade.

O caminho a ser percorrido ainda é longo, sendo necessário que este debate avance e seja cada vez mais aprofundado pela categoria profissional a fim de desconstruir e eliminar os preconceitos ainda existentes e fortalecer a luta pela defesa e garantia de direitos dos sujeitos LGBTQIAPN+.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. GRUPO TEMÁTICO DE PESQUISA SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/ OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO, SEXUALIDADES: BREVE HISTÓRICO E DESAFIOS. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 233-241, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7978/5850>. Acesso em: 20 fev. 2023

ABRAMIDES M. B. **O Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

CFESS. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília (DF): Conselho Federal de Serviço Social, 10ª. ed. rev. e atual., 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. CFESS Manifesta Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017). Brasília (DF), 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/LivroCFESSManifesta-2014-2017.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. RESOLUÇÃO CFESS Nº 594, de 21 de janeiro de 2011. Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e

PROMOÇÃO



APOIO

conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. Brasília (DF), 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Res594.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. RESOLUÇÃO CFESS N° 615, de 8 de setembro de 2011. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Brasília (DF), 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. Série Assistente Social contra o Preconceito. Transfobia. Caderno 4, Brasília (DF), 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023

_____. RESOLUÇÃO CFESS N° 845, de 26 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador. Brasília (DF), 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. de M. dos. Feminismo e Diversidade sexual: um encontro com o Projeto Ético Político do Serviço Social. In: CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. Cap. 3. p. 145-178 Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.

DUARTE, M. J. O. Diversidade Sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 27, p. 77-98, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7209>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MARCELINO, S. R. S. Questões Contemporâneas: A Homossexualidade e os Novos Sujeitos Como Desafios Para o Serviço Social. 2015. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1315765266_ARQUIVO_FAZENDOGENEROTEXTOFINAL.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

MENEZES, M. S.; SILVA, J. P. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. Revista **Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 122-129 jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/nMSMsXzbQ4nDHG3Mskm4BLm/abstract/?lang=pt#:~:te%20xt=O%20debate%20visa%20problematizar%2C%20al%3%A9m,o%20Servi%3A%20o%20Social%20na%20contemporaneidade>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MESQUITA, M; MATOS, M. C. “O amor fala todas as línguas assistente social na luta contra o preconceito” - Reflexões sobre a campanha conjunto CFESS/CRESS.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Revista **Em pauta**, UERJ, Rio de Janeiro, v.9, n. 28, p. 131-146, dez, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2938> . Acesso em: 14 mar. 2023.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021. Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

NOGUEIRA, L.; PEREIRA, M.; TOITIO, R. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

¹ Sistema ideológico que nega e estigmatiza qualquer relação e/ou comportamento não heterossexual.

² Condição em que o indivíduo se identifica com o gênero que lhe foi atribuído em seu nascimento.

³ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não Binário e demais variações de gêneros e sexualidade.

PROMOÇÃO



APOIO

